

Tribuna Parlamentar

INFORMATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

alepe.pe.gov.br

FOTO: GIOVANNI COSTA

Fim dos lixões ainda distante no Brasil

Em Pernambuco, 126 municípios ainda utilizam esses espaços para a destinação final de lixo. Política Nacional de Resíduos Sólidos prevê implantação de aterros sanitários

Págs. 4 e 5



CPI das Faculdades solicita indiciamento de 12 acusados

Comissão Parlamentar de Inquérito das Faculdades Irregulares encaminhou relatório parcial aos Ministérios Públicos Estadual e Federal. Fim dos trabalhos está previsto para abril.

Pág. 3

Mercadorias apreendidas beneficiarão programas e projetos sociais

Lei aprovada pela Alepe prevê encaminhamento de peças de vestuário, cama, mesa, banho e calçados para programas e projetos mantidos por Secretarias do Estado.

Pág. 6

Trabalho da Consuleg incrementa produção legislativa da Casa

Consultoria Legislativa da Alepe, criada para prestar assessoria técnica a parlamentares e a Comissões, vem contabilizando resultados positivos.

Pág. 8

ACONTECEU NA ALEPE

Novo ano, novos desafios

A segunda Sessão Legislativa da 18ª Legislatura teve início no dia 1º de fevereiro, em reunião que contou com a presença do secretário estadual da Casa Civil, Antonio Figueira, responsável por fazer a leitura da mensagem encaminhada pelo governador Paulo Câmara. O texto, previsto pela Constituição Estadual, tratou principalmente da crise econômica nacional e de seus impactos no desenvolvimento e na organização do Estado. O chefe do Executivo pernambucano enumerou os sacrifícios e renúncias promovidos em 2015 e solicitou apoio do Legislativo para a continuidade das medidas de reequilíbrio financeiro neste ano, que prevê como “ainda mais difícil”. Em sequência, o presidente da Assembleia, deputado Guilherme Uchoa (PDT), fez seu pronunciamento destacando a eficiência da Casa em 2015, ano em que mais de 650 projetos de lei foram discutidos pelos parlamentares. Os líderes da Oposição e do Governo, deputados Sílvio Costa Filho (PTB) e Waldemar Borges (PSB), respectivamente, avaliaram os trabalhos do Executivo e do Legislativo e ressaltaram a disposição de continuar trabalhando em prol de Pernambuco.

Política e arte

O Projeto Café com Poesia comemorou nove anos, em dezembro passado, com o lançamento da coletânea literária *Café com Poesia – Antologia*, em cerimônia no Palácio Joaquim Nabuco. Produzida por meio de parceria entre a Gerência de Biblioteca e a Comissão de Educação e Cultura da Casa, a obra reúne textos dos mais diversos gêneros literários, criados durante os encontros mensais promovidos pelo projeto em quase uma década. O leitor interessado em conhecer a publicação, que conta com a colaboração de iniciantes na literatura e de autores já consagrados, pode acessar o site da Assembleia (www.alepe.pe.gov.br) e explorar à vontade esse trabalho.

Bebida liberada

Torcedores e clubes pernambucanos de futebol começaram 2016 com uma novidade. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Guilherme Uchoa (PDT), promulgou, no início de janeiro, a Lei nº 15.709, que autoriza a venda de bebidas alcoólicas nas arenas esportivas do Estado. De autoria do deputado Antônio Moraes (PSDB), o projeto foi desarquivado e extensamente discutido pelos parlamentares, durante o ano de 2015, quando foram ponderadas as consequências negativas e positivas da liberação. Os contrários à proposta temem um possível aumento da violência, enquanto os que votaram pela aprovação da lei defenderam o aumento da arrecadação de ICMS para o Estado e alívio financeiro para os clubes. Na cerimônia de assinatura da lei, na sede da Alepe, o presidente da Federação Pernambucana de Futebol, Evandro Carvalho, anunciou que um percentual do valor arrecadado nos contratos com cervejarias será destinado à implantação de um sistema de monitoramento televisivo dos estádios.

LEGISLATIVO EM FOCO

Interessado em saber como seus representantes na Câmara dos Deputados pensam, argumentam e votam sobre assuntos relevantes para o País, Estados e municípios? Se a resposta é sim, a dica é assistir pela Internet a deputados federais defendendo seus entendimentos sobre determinado tema e também sendo confrontados por parlamentares com visão divergente. O programa *Brasil em Debate*, produzido diariamente pela equipe da TV Câmara, dá voz a dois parlamentares – um da base do Governo e outro da oposição – que opinam sobre assuntos em pauta nas casas legislativas de todo o País. Entre os temas, modelos de gestão de resíduos sólidos, crise hídrica, mobilidade urbana, violência contra mulher e política de combate ao *Aedes aegypti*. Durante meia hora, os convidados apresentam estudos técnicos e dados estatísticos que auxiliam o internauta a formar opinião sobre matérias que interferem diretamente em sua vida.



Fique Sabendo

Quer assistir?

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/programa/9-BRASIL-EM-DEBATE.html>



VOCÊ NA ALEPE



Micaeli de Cássia Souza
Vendedora ambulante, durante reunião da Comissão de Cidadania que ouviu representantes do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Informal do Recife (Sintraci) para apurar denúncias de abusos cometidos pela Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano da PCR, em 03/02/16.

“Sou vendedora ambulante, trabalho nas ruas e acredito ter o mesmo direito que qualquer outra pessoa. Já sofri agressões e não vou deixar isso impune. Por isso estou aqui, pois acredito ser o lugar de todos os cidadãos que estão em busca dos seus direitos.”



Severino Souto Alves
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Informal do Recife, durante reunião da Comissão de Cidadania que ouviu representantes do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Informal do Recife (Sintraci) sobre denúncias contra a Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano da PCR, em 03/02/16.

“Estamos na Alepe porque temos a convicção de ser a Casa do povo. Queremos acabar com essa realidade que não está de acordo com a democracia que nosso País conquistou. Acredito que aqui poderão ser feitos encaminhamentos para diminuir essa prática abusiva contra a gente.”



Wilma Melo
Coordenadora dos Direitos Humanos do Serviço Ecumênico de Militância nas Prisões (Sempri), durante reunião da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular que discutiu o PL nº 627/2015, em 23/02/16.

“Aqui é a Casa da cidadania, por isso temos a oportunidade de emitir nossa opinião e mostrar que quem está dentro dos presídios também tem o direito de dialogar sobre as medidas que o Governo apresenta. O objetivo é sair daqui mais uma vez cumprindo meu papel de cidadã, porque segurança pública não é só dever do Estado, é direito e responsabilidade de todos.”

Acompanhe também os perfis da Alepe nas redes sociais e fique por dentro das atividades que acontecem dentro da Casa. Além de informar, as plataformas também facilitam a participação dos cidadãos no Legislativo, construindo debates e colaborando com decisões importantes na vida do povo pernambucano.



alepeoficial



assembleiape



fotoalepe



● INVESTIGAÇÃO

FOTOS: JARBAS ARAÚJO



Dezenas de pessoas foram ouvidas pelos deputados integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito instalada pela Assembleia Legislativa em outubro passado

CPI das Faculdades Irregulares pede indiciamento de 12 pessoas após conclusão de relatório parcial

Documento elaborado no final de 2015 aponta que o esquema prejudicou cerca de 50 mil alunos

André Zahar

“Os depoimentos colhidos e os documentos obtidos pelo inquérito parlamentar revelaram a existência de uma organização destinada a violar sistematicamente a legislação nacional, com atuação em todo o território nacional.” A conclusão está no relatório parcial da Comissão Parlamentar de Inquérito das Faculdades Irregulares, instalada em outubro de 2015 na Assembleia Legislativa de Pernambuco.

O documento, encaminhado em dezembro para os Ministérios Públicos Estadual e Federal, pede o indiciamento de 12 pessoas. O número ainda pode crescer até o fim do trabalho da CPI, previsto para abril. Entre os crimes apontados estão estelionato, associação criminosa, publicidade enganosa e falsidade ideológica.

De acordo com o colegiado, presidido pelo deputado Rodrigo

Novaes (PSD), cerca de 50 mil estudantes – apenas em Pernambuco – foram lesados pelo esquema operado por pelo menos dez instituições. Segundo a investigação, a Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional (Fadire) e a Fundação de Ensino Superior de Olinda (Funeso), além de outras entidades vinculadas à Associação Uninacional, firmavam convênios com inúmeros institutos para captação de alunos para cursos de extensão, realizados sem autorização do Ministério da Educação (MEC). Durante os cursos, cerca de 30% do faturamento era repassado às faculdades e estas, ao final, aproveitavam os certificados para transformar em diplomas de graduação.

No ano de 2015, a CPI promoveu várias reuniões, uma delas em Caruaru, e ouviu 39 depoimentos. Diversos órgãos públicos e entidades privadas foram oficiados para prestar informações. Como resultado, além das 120 páginas com as

conclusões prévias do relatório parcial, foram colhidas 408 páginas de documentos, e-mails, acusações e transcrições de depoimentos. Denúncias ainda podem ser feitas pelo e-mail cpifaculdadespiratas@alepe.pe.gov.br. **OUTRO LADO**

Representantes da Funeso confirmaram na CPI os convênios para cursos de extensão. Também informaram que os alunos são, posteriormente, admitidos em cursos de graduação e assim completam a carga horária cumprindo um semestre. Ao final, o diploma é chancelado pela Faculdade Alto Iguaçu (FAI), do Paraná.

Executivos da Fadire, por sua vez, afirmaram que os estudantes são comunicados de que os cursos da entidade não equivalem aos de graduação e não asseguram a emissão de diploma universitário. Os certificados obtidos após a formação, segundo a entidade, somente podem ser aproveitados para a dispensa de disciplinas em cursos regulares de outras faculdades.

ENTREVISTA - Deputado Rodrigo Novaes

Tribuna Parlamentar – Conforme o relatório parcial da CPI, o esquema investigado se vincula a uma associação nacional com sede em Brasília (Uninacional) e envolve faculdades de outros Estados. De que forma a CPI da Alepe pretende agir com relação a esses fatos?

Rodrigo Novaes – Vamos buscar ouvir a Uninacional, que compreendemos ser o “cérebro” de todo esse esquema, e realizaremos audiências com o Ministério da Educação (MEC) e a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. O relatório final vai sugerir a instalação de uma CPI na Câmara

Federal para apurar o problema nacionalmente. Também encaminharemos as informações para Assembleias Legislativas de outros Estados que tiveram faculdades mencionadas.

TP – Como fica a situação dos alunos lesados?

RN – Vamos buscar junto ao Ministério da Educação o fechamento dessas faculdades que estão funcionando de maneira irregular e uma solução para os alunos, seja o encaminhamento para outras instituições ou autarquias públicas, ou algum tipo de validação dos cursos, quando possível.

TP – O relatório parcial da CPI aponta a cessão de prédios públicos, inclusive das redes municipal e estadual de ensino, para esses institutos. É possível que haja agentes públicos envolvidos?

RN – Normalmente, prefeitos e servidores municipais ficam satisfeitos em ver uma faculdade chegar a seus municípios. Então, na maioria das vezes, pode ter havido ingenuidade ou falta de zelo em verificar se a entidade está credenciada para oferecer o curso naquele local. Mas não está descartada a participação de agentes públicos nessa situação. Solicitaremos à Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe) que as prefeituras não façam mais isso. E o Ministério Público poderá apurar eventuais responsabilidades de funcionários.



“Vamos sugerir a implantação de uma CPI na Câmara Federal”

● INFRAESTRUTURA

Descarte correto de lixo desafia

Estado estima investimento de R\$ 300 milhões para implantar a Política

Helena Alencar

Os pernambucanos produzem, todos os dias, quase 11 mil toneladas de lixo, das quais pouco mais da metade terá um destino ambientalmente correto: o aterro sanitário. Previstos na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS - Lei nº 12.305/2010), esses equipamentos solucionam boa parte dos problemas da produção excessiva de dejetos. Nos aterros, o solo é preparado para que o material não polua o meio ambiente, cause mau cheiro ou permita a proliferação de animais. Além disso, os gases produzidos na decomposição, especialmente o metano, podem ser aproveitados para gerar energia elétrica.

Mas, diante de tantas vantagens, qual seria a explicação para o fato de 126 dos 184 municípios de Pernambuco (mais de 68%) ainda adotarem o lixão para a destinação final dos resíduos? Segundo o prefeito de Afogados da Ingazeira e presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), José Patriota, os desafios passam pela falta de apoio técnico e financeiro, principalmente por parte do Governo Federal. Para apoiar as prefeituras, a entidade busca visibilizar essas dificuldades, além de prestar orientações técnicas e pressionar pela prorrogação dos prazos da PNRS.

“Desde a data final para apresentar os planos municipais, em 2012, nenhum município tem acesso aos recursos da União que viabilizariam os serviços relacionados ao manejo de resíduos sólidos e à limpeza pública”, explica Patriota. Ele cita o exemplo de Portugal, país de área menor que Pernambuco, que iniciou o encerramento dos lixões em 1996 e só concluiu em 2004, apesar das verbas específicas da União Europeia para essa finalidade. “A situação hoje é crítica, pois a maioria dos nossos municípios é de pequeno porte e está tentando se consorciar para conseguir cumprir com todas as obrigações”, observa.

Levantamento da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) indica que, para atender a todo o Estado, seriam necessários 52 aterros sanitários. Atualmente, há 19 em funcionamento, compartilhados por 38 cidades, mas apenas nove deles possuem licença de operação. Contrariando a legislação federal que determinava o fim dos lixões até 2 de agosto de 2014, ainda existem 124 locais de disposição final inadequada em atividade em Pernambuco. Isso ocorre apesar de

a PNRS prever multa de até R\$ 50 milhões, perda de mandato e prisão para dirigentes municipais que utilizam essa forma de descarte, e ainda comprometer repasses do Governo Federal para as cidades que não se adequarem.

PLANEJAMENTO

Por enquanto, o planejamento tem sido a principal frente de ação do Estado. De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), estão em fase final de elaboração oito planos intermunicipais para atender aos 167 municípios carentes. “Esse trabalho visa identificar os locais mais adequados para a construção dos depósitos e universalizar a coleta seletiva

nas cidades com envolvimento dos catadores”, explica Carlos André Cavalcanti, secretário-executivo do órgão. Mais 28 aterros sanitários precisariam ser implantados para dar conta da demanda.

A próxima fase, segundo ele, é a mais desafiadora: conseguir recursos da ordem de R\$ 300 milhões para construir aterros, encerrar os lixões e implantar a coleta seletiva. “O Governo do Estado já vem amparando as prefeituras com o Escritório de

Projetos e os recursos disponíveis no Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal (FEM). Basta o prefeito priorizar a questão”, observa Cavalcanti. Ele também cita a assinatura de um Termo de Compromisso Ambiental (TCA) com o Ministério Público de Pernambuco por 105 municípios, prevendo um cronograma para a execução das ações.

Contudo, para o presidente da Amupe, José Patriota, a adesão ao TCA se deu sob “forte pressão” e o documento por si só não resolve o problema. “Os municípios que não assinassem responderiam a três ações judiciais diferentes, além do pagamento de multas”, comentou. Ele alerta os gestores para o cumprimento integral dos compromissos pactuados. “Trata-se de título executivo extrajudicial e, em caso de descumprimento, pode ser executado em juízo sem qualquer discussão sobre o seu mérito.”

Especialista no tema de resíduos sólidos, o professor e pesquisador do Instituto de Tecnologia de Pernambuco (Itep) Bertrand Alencar acrescenta outros fatores que comprometem a implantação da PNRS. Segundo ele, faltam estímulo econômico ao tratamento da matéria orgânica por compostagem; responsabilidade das empresas privadas com a logística reversa (fluxo físico de produtos, embalagens ou outros materiais,



Das quase 11 mil toneladas de resíduos

desde o ponto de consumo até o local de origem); e fontes municipais para financiar os serviços. A maioria das prefeituras, observa, não cobra taxa de limpeza pública porque isso criaria “dificuldades eleitorais”. “Também há o obstáculo da oferta permanente de soluções inadequadas para os municípios, como os incineradores,

Comissão Especial quer ajudar cidades a cumprir legislação

Em março de 2015, a Assembleia Legislativa instalou uma Comissão Especial para auxiliar os municípios pernambucanos a cumprir as exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Presidido pelo deputado Rodrigo Novaes (PSD), o colegiado tem contribuído para promover boas práticas ambientais e entrosar os agentes em torno do assunto.

“Anoto como mais importantes resultados práticos o encaminhamento

de reivindicação ao Ministério do Meio Ambiente para a liberação de recursos e a busca por solução às demandas dos catadores de lixo, além da mobilização em torno de emendas parlamentares para projetos de compostagem realizados por presidiários”, destaca Novaes.

Ao longo do ano, foram realizadas cinco reuniões. Os encontros discutiram, entre outros assuntos, a situação dos

aterros sanitários, as ferramentas locais e internacionais de gestão do lixo, os consórcios municipais criados para atender à legislação federal, a situação dos catadores e o descarte de resíduos de serviços de saúde (RSS) - mais conhecidos como “lixo hospitalar”.

Relatora da Comissão, a deputada Priscila Krause (DEM) vê a destinação do lixo como o maior problema ambiental da humanidade nos dias atuais. “Apesar

das tentativas, o Brasil ainda não evoluiu de forma concreta nesse sentido”, avalia. “É fundamental que, em Pernambuco, a Assembleia tenha esse tema como prioritário, porque o futuro passa por isso e muitas prefeituras do interior não têm condições de discutir tecnicamente, não por falta de vontade, mas de recursos.” A previsão é de que o relatório da Comissão Especial seja apresentado ainda no primeiro semestre de 2016.

gestores públicos

Nacional de Resíduos Sólidos em todos os municípios

GIOVANNI COSTA



produzidos diariamente pela população pernambucana, grande parte vai parar em lixões de 126 cidades

que são caros, não geram empregos locais, contaminam o meio ambiente e agridem a saúde humana e animal com a geração de gases e cinzas”, aponta.

SUSTENTABILIDADE

O lixo pode ser, também, sinônimo de inclusão produtiva. A nova legislação federal possui nada menos que 12 menções à figura do catador de materiais recicláveis, organizado em associações ou cooperativas. “A Política Nacional de Resíduos Sólidos talvez seja, hoje, a melhor legislação ambiental e social sobre o tema no mundo, foi um avanço muito grande para a categoria. O que falta é empenho dos nossos governantes para fazer funcionar”, avalia José Cardoso, que é catador e representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) em Pernambuco.

Para ele, os pedidos dos municípios para que se adie novamente o fechamento dos lixões advêm da desorganização dos gestores. “O lixão é a porta do inferno na terra, não é lugar para ser humano viver

e trabalhar. Nossa bandeira é pela extinção, trazendo os companheiros para produzir no galpão. Não pedimos assistencialismo”, explica Cardoso. Na sua opinião, o modelo do cooperativismo é fundamental, mas precisa de reforços: o MNCR registra 48 cooperativas de catadores em Pernambuco, que reúnem apenas dois mil dos mais de 15 mil trabalhadores em atuação.

No âmbito do Governo Estadual, três projetos concentram as ações de implementação de coleta seletiva e apoio a catadores. Encerramento de lixões, implantação de galpão de triagem e capacitação em reciclagem para catadores e gestores foram algumas das atividades do Recicla Pernambuco em 11 municípios. “É o maior projeto de estímulo à organização de catadores do Brasil, com recursos da ordem de R\$ 8,5 milhões aportados pela PetroquímicaSuape e BNDES, e em parceria com o Estado, prefeituras e empresas”, afirma Bertrand Alencar, que coordena as ações por meio do Itep. O aterro sanitário de Rio Formoso e 200 catadores capa-

citados são alguns dos frutos da ação, que impediu que cerca de cinco mil toneladas de materiais recicláveis fossem para o lixo nos últimos quatro anos.

As demais medidas de educação ambiental ficam por conta dos projetos Relix - contempla ações de conscientização culturais e educativas focadas em reduzir a produção de lixo e promover a reciclagem - e Rescate - fomenta empreendimentos econômicos solidários para catadores em 14 municípios da Região Metropolitana do Recife e em 19 da Mata Norte. “Envolvemos as escolas nesse processo, foram 150 apresentações e 39 mil cartilhas distribuídas pelo Relix, além de entregar cem bicicletas coletoras para as cooperativas de catadores”, enumera o secretário-executivo da Semas, Carlos André Cavalcanti.

Ele também destaca o papel das cidades na inclusão dos catadores, firmando contratos para a coleta de lixo com as cooperativas e não apenas com empresas. “A participação do catador vai facilitar a

O destino do lixo

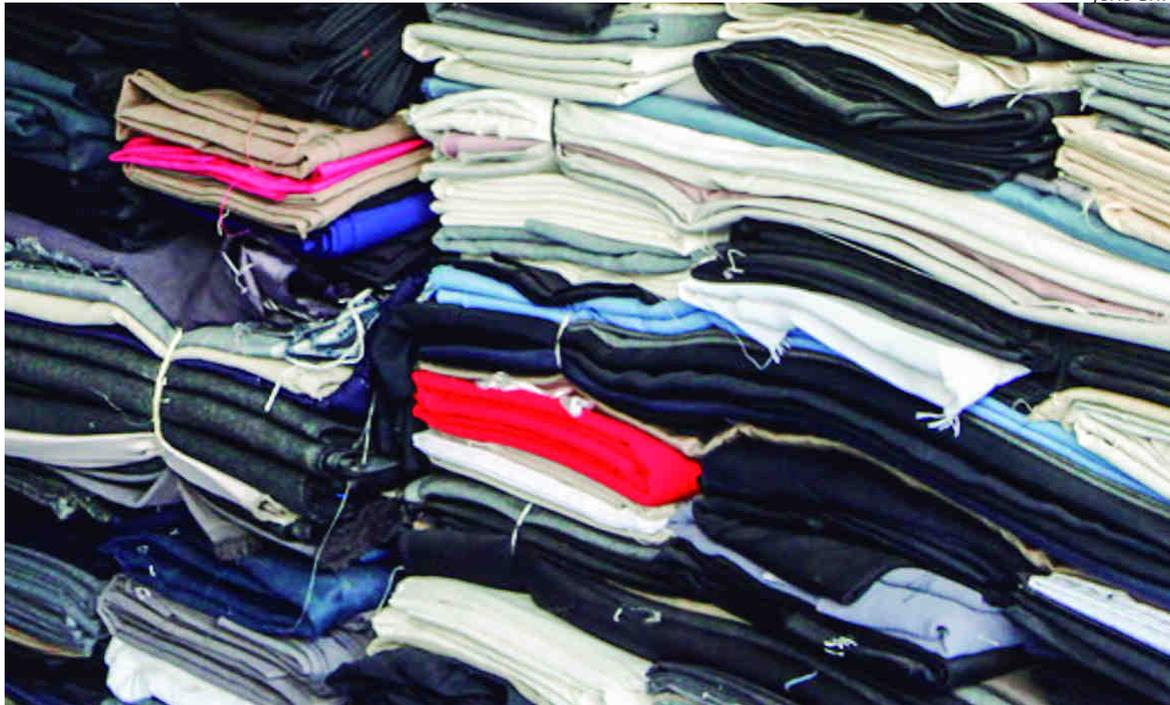


sustentabilidade do município, inclusive aumentando a vida útil do aterro a partir do fomento do reuso, que diminui a quantidade de resíduos”, pontua.

A continuidade das políticas públicas, contudo, preocupa o representante do Movimento Nacional dos Catadores. “O parque industrial de reciclagem de Pernam-

buco gera 35 mil empregos diretos, mas quem garante essa produção são esses catadores sujos, informais, com a carroça quebrada. Eles é que puxam o material do meio ambiente. É preciso que o Estado reconheça essa figura como parceiro ambiental, pague incentivos e dê capacitação”, ressalta José Cardoso.

JOÃO BITA



Peças de vestuário recolhidas em fiscalizações estão entre os itens previstos para doação

Produtos apreendidos serão doados para programas sociais

Edson Alves Jr.

A adulteração de marcas patenteadas é um dos principais motivos para apreensão de produtos no Brasil. Em 2015, foram recolhidos, segundo dados da Receita Federal, R\$ 1,9 bilhão em mercadorias falsificadas, o que representa um aumento de quase 5% em relação a 2014. No caso de produtos piratas, o destino dos itens costuma ser a destruição, a pedido das empresas detentoras das marcas. No entanto, há quem defenda a possibilidade de doação para instituições de caridade ou programas de governo.

Com o objetivo de dar um novo destino às apreensões, a Assembleia Legislativa de Pernambuco promulgou, em agosto passado, a Lei nº 15.564/2015, que proíbe a destruição de alguns tipos de produtos recolhidos pela Secretaria da Fazenda de Pernambuco (Sefaz/PE). Peças de vestuário, cama, mesa, banho e calçados que contenham falsificações e outras irregularidades fiscais deverão ser encaminhados a pro-

gramas e projetos das áreas de desenvolvimento social e direitos humanos das Secretarias do Estado.

Conforme a matéria, as mercadorias de vestuário apreendidas como falsificação de marcas registradas deverão ser utilizadas em abrigos de idosos, instituições para menores infratores, presídios, hospitais judiciários, entre outros. “Nossa preocupação foi regulamentar esses produtos para uso do Governo Estadual, a fim de atender a uma grande demanda que existe em entidades como a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), cadeias públicas, entre outras”, informa o autor da proposta, deputado Augusto César (PTB).

O texto da lei também prevê que as Secretarias devem retirar toda e qualquer marca e logomarca resultantes de falsificação e substituí-las por brasões do Estado de Pernambuco, bem como por logos dos programas beneficiados.

REGULAMENTAÇÃO

Esse tipo de doação já faz parte da rotina da Secretaria da Fazenda, conforme a superintendente administrativo-financeira do órgão, Janaína Acioli. “Atualmente,

já doamos mercadorias apreendidas a instituições sem fins lucrativos e a leilões economicamente viáveis. Incineramos apenas os produtos de origem incerta, avariados ou com prazo de validade vencido”, diz a gestora.

Segundo Janaína, a regulamentação da matéria deverá criar regras para que as doações cheguem até as entidades. “A nova lei é interessante, pois permite que bens sejam destinados ao uso dos mais necessitados, em vez de serem destruídos”, avalia.

Uma fundação que poderá ser beneficiada é a Funase, que atende adolescentes sob restrição ou privação de liberdade no Estado. “Para a entidade, essa lei representará um grande ganho, pois precisamos constantemente de materiais como roupas e lençóis para uma média de 1.500 adolescentes sob nossa responsabilidade”, aponta o presidente, Moacir Carneiro Leão Filho. “Estamos sofrendo fortes contingenciamentos que afetam nossa capacidade de repor o material. Lençóis que deveriam ser trocados a cada três meses, por exemplo, só o fazemos após cinco meses”, relata.

Documento Histórico

Assembleia cria regras para gratificar professores públicos

A Assembleia Legislativa de Pernambuco, desde sua criação, em 1835, desempenhou funções diversas. Era responsável, durante o Império, pela discussão de temas ligados ao cotidiano da população e elaboração e aprovação de leis relacionadas à saúde, obras e instrução pública, concessão de licenças para instalação de fábricas, bolsas de estudo, criação de escolas

primárias, calçamento de ruas, provimentos de cargos públicos, demissões, abonos, aposentadorias e outros. Em 27 de fevereiro de 1883, foram promulgadas instruções a fim de conceder gratificações por mérito e antiguidade a professores públicos que as solicitassem por meio de petição à Presidência da Província.

A gratificação correspondia a um quinto dos vencimentos percebidos e só poderia ser dada a quem tivesse mais de 15 anos de efetivo exercício da docência e houvesse se destacado no magistério, segundo critérios de assiduidade, zelo incomum, moralidade, confiança pública e aproveitamento dos alunos. Outros critérios indicavam distinção, como ensinar gratuitamente e com regularidade em cursos noturnos; utilizar novos métodos ou sistemas de ensino que garantissem aproveitamento dos alunos; fundar caixas escolares, bibliotecas pedagógicas ou museus.

Além da gratificação por mérito, o mestre poderia receber pagamento adicional por antiguidade, caso trabalhasse como professor público há mais de 25 anos em efetivo exercício do magistério e continuasse atuando como docente, provando o tempo de serviço.

Com a chegada da República e a nova organização do Estado, algumas funções da Assembleia Legislativa passaram a ser exercidas pelo Poder Executivo. Inclusive no que se refere ao provimento dos cargos de magistério e gratificações. No entanto, o Poder Legislativo continuou criando e aprovando leis essenciais, que influenciaram e influenciam no dia a dia e na qualidade de vida dos cidadãos pernambucanos e na garantia de direitos individuais e sociais básicos, como saúde, educação, moradia, trabalho, mobilidade e outros.

4.ª seção.—Palácio da Presidência de Pernambuco em 27 de Fevereiro de 1883.

O presidente da província, usando da attribuição que lhe confere o art. 24 § 4.º do acto adicional, resolve que, para a concessão das gratificações de mérito e de antiguidade, de que tratam os arts. 144 e 147 do regulamento de 7 de Abril de 1879, se observem as seguintes

INSTRUÇÕES

Art. 1.º Ao professor publico que o requerer será concedida uma gratificação correspondente á quinta parte de seus vencimentos, uma vez que conte mais de quinze annos de effectivo exercicio e se haja distinguido no magisterio.

Art. 2.º A distincção, a que se refere o artigo antecedente, consistirá na reunião dos seguintes requisitos: assiduidade, zelo não commum, moralidade, confiança publica e aproveitamento dos alumnos.

Art. 3.º Estes requisitos só aproveitarão ao professor, provando elle que os satisfez dentro do prazo de quinze annos de effectivo exercicio.

Art. 4.º Poderá consistir tambem a distincção :
I No ensino gratuito em cursos nocturnos, uma vez que as aulas funcionem regularmente com boa frequencia e aproveitamento, provado por exames e por mais de seis annos, e bem assim no ensino dado nas mesmas condições aos adultos nos dias que não forem lectivos.

II No emprego de qualquer novo methodo ou systema recommendado de ensino, de que tenha resultado aproveitamento aos seus alumnos.

III Na fundação de caixas economicas escolares, bibliothecas pedagogicas, museus e caixas escolares.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Instruções. 4ª Seção Palácio da Presidência de Pernambuco, em 27 de fevereiro de 1883. Acervo do Arquivo Geral Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

O documento supracitado pode ser consultado no Arquivo Geral da ALEPE, custodiado pela Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo.

● PACTO FEDERATIVO

Por melhores serviços, municípios e Estados pedem mais recursos

Luciano Galvão Filho

“Só há duas certezas na vida: a morte e os impostos”, diz um provérbio inglês. No Brasil, calcula-se que a soma dos tributos arrecadados pelo Estado represente um terço de tudo o que é produzido no País. A proporção é semelhante em nações desenvolvidas, como Alemanha, Reino Unido, Espanha e Canadá, mas não é preciso muito esforço para perceber que, quando comparada à de países ricos, a qualidade dos serviços públicos oferecidos aqui ainda deixa a desejar. Na opinião de gestores públicos e deputados pernambucanos, um dos passos para resolver essa distorção pode estar em uma melhor distribuição das receitas entre Estados, municípios e União.

O pleito é antigo, mas ganha força nas casas legislativas, dentro das discussões sobre os cortes de despesas públicas, a criação de novos impostos e as formas de atravessar a crise econômica sem prejudicar serviços essenciais. Por força de prefeitos, governadores e parlamentares, a divisão de recursos e de responsabilidades entre os diferentes níveis de governo figura no centro do debate acerca da repartição de competências entre os entes da federação – o chamado Pacto Federativo.

Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, o Governo Federal concentra atualmente 54% de tudo o que é recolhido em tributos, restando 25% para os Estados e 21% para os mais de cinco mil municípios do País. De acordo com prefeitos, o montante não é suficiente para honrar obrigações com servidores, programas de saúde, merenda, mobilidade e infraestrutura das cidades. “A causa da penúria dos municípios é essa repartição injusta e desequilibrada dos recursos”, considera o presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), José Patriota.

A entidade denuncia que, em razão do pouco dinheiro disponível,

as prefeituras têm comprometido 23% de seus orçamentos com a saúde pública, quando a exigência constitucional é de apenas 15%. Não à toa, as deficiências do setor são assunto recorrente tanto entre as queixas da população quanto entre as súplicas dos chefes do Executivo por mais fontes de financiamento. “Os programas de

“Causa da penúria dos municípios é a repartição injusta e desequilibrada dos recursos”
(José Patriota)

saúde custam o triplo do que é repassado pela União”, estima Patriota.

A rigor, o tema é de competência exclusiva do Congresso Nacional – o que reforça a tese de que a União concentraria demasiados poderes –, mas a Assembleia Legislativa de Pernambuco toma parte na discussão. Para o líder do Governo na Alepe, deputado Waldemar Borges (PSB), é preciso que os membros da Casa deixem claro para seus eleitores como o atual Pacto Federativo atinge a vida das pessoas. “Assim, os cidadãos

podem pressionar seus representantes para que assumam o compromisso de rever essa equação injusta”, assevera.

Borges faz coro às críticas dos gestores públicos. Dados do Governo Estadual apresentados pelo parlamentar indicam que, em 2014, Pernambuco assumiu quase dois terços dos custos da saúde pública, que deixaram de ser cobertos pelos recursos enviados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). “Os entes federados estão sobrecarregados de despesas por causa dessa lógica perversa, que transfere cada vez menos dinheiro e mais responsabilidades a Estados e municípios”, analisa. O líder da Oposição na Casa, Sílvia Costa Filho (PTB), tem o mesmo ponto de vista sobre o tema. “Há muito, a reformulação do Pacto Federativo merece ser discutida”, comenta.

No final do ano passado, prefeitos pernambucanos organizaram ato público na Alepe para chamar atenção para o problema. Das reivindicações propostas na ocasião – relata o presidente da Amupe –, somente tiveram andamento o compromisso do Governo do Estado em liberar recursos de antigas edições do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal (FEM) e a aprovação no Congresso Nacional do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (lei que permite a regularização de dinheiro mantido por brasileiros no exterior). Esta

última deve incrementar duas das principais fontes de receitas dos entes federados, os Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). Já a possível criação de novos impostos enfrenta grande resistência entre os congressistas, como no caso da proposta de retomar a Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF).

FISCALIZAÇÃO

Na opinião do cientista político da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Dalson Britto, prefeitos e governadores têm razão em seus pleitos por maior participação nas receitas disponíveis. “A arrecadação própria, principalmente nos municípios, muitas vezes não garante sequer as ativi-

dades administrativas básicas”, comenta. O grande desafio, uma vez incrementado o montante à disposição, estaria em controlar a qualidade das despesas. “Quanto maior a quantidade de recursos, maior é o atrativo para eventuais descaminhos do dinheiro público”, observa.

Para o professor, as políticas públicas sofrem com dificuldades de elaboração e de implementação, pela falta de conhecimento acurado da realidade e pela escassez de práticas institucionais eficientes. “É função do Legislativo fiscalizar, mas o estabelecimento de um sistema de controle externo efetivo é um dos principais problemas para legisladores e gestores governamentais.”

Desequilíbrio nas despesas

Mais cobrados pela população, serviços de saúde e educação correm por conta dos entes com menores orçamentos. Previdência pesa no bolso da União.



Uma maior fatia do bolo

União repassa recursos aos municípios, mas ainda fica com mais da metade das receitas para si.

Arrecadação de impostos



Divisão dos recursos



Fonte: IBRE / FGV

Trabalho da Consultoria apoia atuação parlamentar

Consuleg encerrou primeiro ano de atividades - 2015 - com mais de 1.300 produções

Gabriela Bezerra

Instituída com a missão de fortalecer a atividade parlamentar, por meio da prestação de assessoria técnica a deputados e Comissões, a Consultoria Legislativa (Consuleg) encerrou o seu primeiro ano de atividades com mais de 1300 produções. Entre as principais demandas, as minutas de parecer (837, no total) representam 62,32% do que foi realizado. Durante o período, os consultores também elaboraram 80 estudos técnicos, por solicitação dos deputados ou por iniciativa própria do setor. Em abril, algumas dessas pesquisas serão disponibilizadas por meio da publicação de uma revista técnica.

Na avaliação do consultor-geral, Marcelo Cabral, o saldo do primeiro ano foi bastante positivo. “Em 2015, executamos o nosso planejamento de implantação da consultoria e tivemos as nossas expectativas superadas com o número de demandas e o reconhecimento da importância da atividade.” Dos 49 deputados da Alepe, 37 recorreram ao apoio técnico do departamento, o que representa 75% dos legisladores. O núcleo

temático mais demandado foi Direito e Pronunciamentos, com 593 solicitações, seguido por Orçamento e Economia (469) e Políticas Públicas (408).

A deputada Priscila Krause (DEM) elogiou o trabalho dos consultores. “Utilizei a consultoria e pretendo usar cada vez mais, porque o grau de profissionalismo é altíssimo”, considera. De acordo com a parlamentar, o serviço tem contribuído para dar maior consistência e densidade à atividade legislativa. “E a sociedade ganha mais, ao contar com uma atuação parlamentar mais qualificada”, pontua.

Responsáveis por apreciar projetos em tramitação, as Comissões Parlamentares também demandaram produção da Consultoria Legislativa, solicitando, por exemplo, minutas de parecer. Nesse quesito, a Comissão de Finanças foi campeã, tendo requerido 313. Os colegiados de Justiça (264) e Administração Pública (248) ficaram em segundo e terceiro lugar, respectivamente.

Presidente da Comissão de Justiça, a deputada Raquel Lyra (PSB) destacou a relevância da implantação da consultoria e a sua influência na atividade do colegiado:



ROBERTO SOARES

Maioria dos servidores do departamento ingressou no último concurso público da Assembleia

“Composta por servidores efetivos da Casa, nomeados por meio de concurso público e que atuarão de forma independente do parlamentar que esteja à frente das Comissões, a consultoria contribui para a consolidação do conhecimento legislativo na Casa. Estamos desenvolvendo um trabalho de aprendizado mútuo.”

Ao longo do ano de 2015, a Consuleg também foi responsável pela

elaboração de boletins que subsidiaram o debate acerca da Lei Orçamentária Anual (LOA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Relatório de Gestão Fiscal. O setor acompanhou, ainda, as reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Faculdades Irregulares, em andamento na Assembleia. O relatório final dessa CPI contará com o suporte técnico dos consultores.

NÚCLEOS

Órgão de consultoria e assessoramento institucional, a Consultoria Legislativa da Alepe está dividida em três núcleos do conhecimento: Direito e Pronunciamentos; Orçamento e Economia; e Políticas Públicas. O setor é composto por uma equipe de 30 consultores e oito agentes legislativos, que são coordenados por uma gerente de apoio consultivo.

Demandas das Comissões e solicitações por núcleos temáticos

